

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.513 - PR (2019/0266043-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : MARISA ZANDONAI E OUTRO(S) - PR016095
EMBARGADO : LUIS CARLOS FERREIRA
EMBARGADO : TELHAO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO : JOSE SIDNEY GANTZEL DOS SANTOS - PR057218

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pelo ESTADO DO PARANÁ, em 01/10/2019, por meio dos quais se impugna decisão, de minha lavra, que não conheceu do Recurso Especial interposto pela parte ora embargada.

Inconformada, a parte embargante alega que "a decisão ora embargada omitiu-se quanto à fixação dos honorários advocatícios recursais, conforme determina o art. 85, caput e § 11, do Código de Processo Civil de 2015" (fl. 110e).

Requer "sejam providos os presentes embargos de declaração a fim de, sanando a omissão, condenar a parte embargada nos honorários recursais previstos no art. 85, caput e § 11, do CPC" (fl. 111e).

Sem contraminuta (fl. 119e).

Os Embargos de Declaração não merecem prosperar.

Nos termos do § 11 do art. 85 do CPC/2015, "o tribunal, ao julgar recurso, **majorará** os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento".

Com efeito, "a expressão do art. 85, § 11, do CPC/2015, contém a ideia de que o arbitramento de honorários recursais é vinculado a que tenha havido a estipulação da verba nas instâncias pretéritas, tanto assim que o texto legal asserta a sua 'majoração', quando cabível, daí por que esta somente ocorrerá quando existente aquela" (STJ, AgInt no AREsp 1.446.601/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/09/2019).

No caso, não tendo sido estipulada, na instância de origem, verba honorária em favor da parte embargante (até mesmo porque é parte vencida na demanda), não há que se falar em honorários recursais. Portanto, não se verifica omissão na decisão embargada.

No mesmo sentido:

Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. INVIABILIDADE. PRECLUSÃO. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual inviável o seu exame em Embargos de Declaração.

2. A parte embargante alega que o acórdão recorrido é omissor com relação à aos honorários recursais previstos no art. 85, § 11, do novo CPC.

3. Esta Corte orienta-se no sentido de que 'os honorários recursais não têm autonomia nem existência independente da sucumbência fixada na origem e representam um acréscimo (o CPC/2015 fala em 'majoração') ao ônus estabelecido previamente, motivo por que na hipótese de descabimento ou na de ausência de fixação anterior, não haverá falar em honorários recursais' (AREsp 1.050.334/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 28.3.2017, publicado no DJe de 3.4.2017).

4. Na hipótese dos autos, não foram fixados honorários advocatícios pelas instâncias ordinárias.

5. Logo, inexistindo, no acórdão, qualquer um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015, não há como acolher os Aclaratórios.

6. Embargos de Declaração rejeitados" (STJ, EDcl no REsp 1.731.612/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/04/2019).

Ante o exposto, à míngua de vícios na decisão embargada, **rejeito** os Embargos de Declaração.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora